

1 **ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**
2 **PREVIDÊNCIA – CEP DO ANO DE 2014.**

3
4 Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, no Auditório da Amapá
5 Previdência – AMPREV, situado à Rua Binga Uchôa, número dez, Centro, Macapá-
6 AP, às dezesseis horas e três minutos, teve início a segunda reunião ordinária do
7 Conselho Estadual de Previdência, na direção do Presidente, senhor **CARLOS**
8 **ROBERTO DOS ANJOS OLIVEIRA**, que cumprimentou os Conselheiros Titulares e
9 Suplentes e demais presentes. Em seguida, apresentou o **ITEM 01 da PAUTA -**
10 **LEITURA DO EDITAL** número, zero, zero, dois, de dois mil e quatorze, o qual
11 convoca os membros do Conselho Estadual de Previdência, Diretoria Executiva,
12 Gerente Administrativo e Financeiro e Procuradoria Jurídica da AMPREV; para
13 fazerem-se presentes nessa sessão. **ITEM 02 – VERIFICAÇÃO DO QUORUM**,
14 chamando nominalmente os membros Titulares e Suplentes do Conselho Estadual de
15 Previdência na seguinte ordem: **DELCIO FERREIRA MAGALHÃES**, ausente
16 representado por sua Suplente **IVONE REGINA MUSSI TOSTES**, presente, **JULIANO**
17 **DEL CASTILHO SILVA**, ausente, representado por seu Suplente **LUIZ AFONSO MIRA**
18 **PICANÇO**, presente, **JUCINETE CARVALHO DE ALENCAR**, presente, **SUELI**
19 **PEREIRA PINI**, ausente, representada por seu Suplente **EDUARDO NAVARRO**
20 **MACHADO**, presente, **JORGE EVALDO EDINHO DUARTE PINHEIRO**, ausente,
21 **CARLOS ALBERTO SAMPAIO CANTUÁRIA**, ausente, **PAULO DE SANTANA VAZ**,
22 presente, **FERNANDO CEZAR PEREIRA DA SILVA**, ausente, representado por sua
23 Suplente **ANILDE MARIA BEZERRA FAÇANHA VIRINO**, presente, **CLAUDIONOR**
24 **MEDEIROS DE ANDRADE**, presente, **EDSON FRANÇA**, presente, **HELIELSON DO**
25 **AMARAL MACHADO**, ausente, **AUGUSTO CÉSAR DE MEDEIROS COSME**,
26 ausente, **HEMERSON DE SOUZA DIAS**, presente, **LADILSON COSTA MOITA**,
27 presente, **GILMAR SANTA ROSA BARBOSA**, presente, **CARLA FERREIRA**
28 **CHAGAS**, presente, **LUIZ CARLOS DA COSTA PESSOA**, ausente, **PRACÍDIO**
29 **FERREIRA DE VASCONCELOS FILHO**, ausente. **PAUTA – ITEM 03 - LEITURA**
30 **DAS JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIAS:** Sueli Pereira Pini, Jorge Evaldo Edinho
31 Duarte Pinheiro. **PAUTA – ITEM 04** **Apreciação e aprovação da ata da 10ª Reunião**
32 **Ordinária do CEP/2013 realizada em 12/12/2013:** O Presidente perguntou aos
33 conselheiros se haviam feito a leitura e a análise das atas. Os conselheiros pediram
34 que fosse disponibilizada cópia das atas para leitura e que os itens 04 e 05 sejam
35 remanejados para o final da reunião. O Presidente acatou o pedido. **PAUTA – ITEM**
36 **06 - Informações jurídicas sobre o terreno pertencente à Amapá Previdência,**
37 **denominado “Cajari”:** O Presidente solicitou a presença do Procurador Jurídico da

38 Amapá Previdência Sr. Dr. Eduardo Lopes. Dr. Eduardo informou que o processo
39 versa sobre a discussão de ocupação irregular de uma área de propriedade da Amapá
40 Previdência, localizada em frente ao conjunto Cabralzinho, desde a igreja e toda
41 aquela área atrás da igreja até o muro da penitenciária avançando até o ramal do km
42 9, sendo uma área bem extensa chegando até a parte da antiga casa das carnes,
43 possuindo vários locais irregulares nesta área. O processo trata de pedido de ação
44 judicial para impedimento de qualquer tipo de construção na área, sendo indeferido, e
45 reiterado o pedido novamente no ano passado que foi acatado pelo juízo. Além das
46 construções irregulares há também a posse irregular, onde alguns imóveis foram
47 vendidos a terceiros. Houve a intimação dos ocupantes, e está sendo aguardada a
48 audiência conciliatória para acordo junto aos ocupantes irregulares. No processo há
49 todo o mapeamento da área ocupada e a evolução das ocupações com o tempo,
50 atualizado, e atualmente não houve nenhuma nova invasão. O terreno foi comprado
51 pela AMPREV em 1995, sem finalidade aparente, hoje é considerado como ativo pela
52 valorização temporal, e não é considerado por lei como imóvel predial para uso da
53 AMPREV. Por força de Lei não há que se falar em doação para os ocupantes da área,
54 ou eles comprem o terreno que habitam ou então entregam o terreno. O conselheiro
55 Eduardo sugeriu um estudo para a melhor destinação do terreno. O Presidente
56 informou que hoje o terreno de 500mil m², comprado por R\$2.000.000,00 (dois
57 milhões) está avaliado em R\$40.000.000,00 (quarenta milhões), e falou que também
58 pode ser feito conjunto habitacional como fundo de investimentos para a instituição. O
59 conselheiro Gilmar perguntou ao Presidente se poderia ser vendido o terreno e se
60 havia no Estado algum comprador, em virtude do valor. O Presidente respondeu que
61 sim, o terreno pode ser vendido total ou parcialmente, mas que não sabe se há
62 comprador em virtude do valor do terreno, e informou que qualquer decisão sobre
63 esse assunto será tratado pelo Conselho. **PAUTA – ITEM 07 - Relatório da**
64 **Procuradoria Jurídica sobre as demandas judiciais da AMPREV que estão em**
65 **andamento;** O Procurador Jurídico Dr. Eduardo Lopes, explicou a planilha
66 apresentada e entregue a todos os conselheiros, que traz informações detalhadas
67 sobre todos os processos em trâmite e os andamentos dentro da Procuradoria.
68 **PAUTA – ITEM 08 - Encaminhamento em mídia do Projeto de Lei da Amapá**
69 **Previdência;** O Presidente informou que foram repassados os projetos por email, que
70 deveriam ser enviados via CD mídia, porém por algumas alterações feitas nesta
71 manhã foi encaminhado por email para conhecimento do que vem sendo feito, e
72 provavelmente na próxima reunião do CEP será apresentado o projeto completo, e
73 pediu ao Procurador da AMPREV e a Diretora de Benefícios para falarem do que vem

74 sendo feito visto que eles estão à frente das alterações que estão sendo feitas. O
75 Procurador falou que foi iniciado um trabalho reunindo a procuradoria, diretoria de
76 benefício e financeira da AMPREV. Foram esboçadas as mudanças que serão
77 comparadas com a lei atual, que deverá ser atualizada com as novas portarias do
78 Ministério da Previdência, trabalho este que deverá ser finalizado em duas semanas, a
79 comissão fará o texto final com base em um estudo feito por uma empresa contratada
80 e as leis e portarias previdenciárias. O Presidente falou que se pretende consolidar as
81 leis e portaria em um único projeto, porém foram encontrados alguns obstáculos
82 relativos à aposentadoria especial que necessitam de mais tempo para ser avaliado. A
83 Diretora de Benefícios Alessandra fez comentários sobre a aposentadoria especial e
84 as formas existentes para incluí-la no projeto e regulamentá-la. O conselheiro Gilmar
85 falou que a aposentadoria especial ainda precisa de muitas coisas para poder ser
86 consolidada na Lei, e a Lei da AMPREV demanda urgência, não podendo aguardar
87 pela aposentadoria especial para ser concluída. O conselheiro Ladilson disse que o
88 processo de estruturação já foi desencadeado há mais de três anos e está muito
89 atrasado, já foi para o executivo e retornou. O conselheiro Ladilson falou também do
90 Termo de Ajuste de Conduta - TAC existente em relação ao concurso público, o atraso
91 no cumprimento e a possibilidade de execução do TAC, e concordou com o
92 posicionamento do conselheiro Gilmar em relação à aposentadoria especial e disse
93 que o projeto de lei tem que ser priorizado para que se regule e se realize o
94 concurso da AMPREV e que a AMPREV não venha a sofrer com a execução desse
95 TAC gerando custos para a AMPREV. O conselheiro Eduardo Navarro perguntou
96 como está a organização do projeto de Lei. O Presidente respondeu que
97 provavelmente serão três projetos de lei, sendo um administrativo, um previdenciário
98 de maneira geral e outro do quadro de servidores efetivos da Amapá Previdência. O
99 conselheiro Eduardo disse que é complicado consolidar tantas leis, e que se preocupa
100 com isso e perguntou desde quando está sendo discutido esse projeto administrativo.
101 O presidente informou que vem sendo discutido desde 2011. O conselheiro Eduardo
102 disse que é comum se vê na administração pública o atraso quando se fala em
103 concurso público e concordou com o conselheiro Ladilson que o projeto de lei tem que
104 ser priorizado para que não sejam redundantes as considerações ditas pelo
105 conselheiro Ladilson. A conselheira Carla disse que os conselheiros Ladilson e
106 Eduardo reforçaram o que ela gostaria de falar, e falou que desde quando entrou no
107 CEP, há quase um ano, vem se falando desse projeto de Lei, e lhe parece que sempre
108 há um desculpa para o atraso da conclusão, e concordou que a aposentadoria
109 especial não é entrave para a conclusão do projeto de lei, e disse que precisa ser

110 definido um prazo para apresentação do projeto de lei, pois já são três anos se falando
111 nisso e até agora não foi apresentado nada. O presidente disse que em duas semanas
112 serão apresentados os três projetos. O conselheiro Hemerson perguntou sobre a Lei
113 previdenciária aprovado neste conselho e que foi encaminhado e até agora os
114 militares estão sendo regidos pelo estatuto e como está sendo tratada nesse projeto a
115 aposentadoria dos militares, pois foi aprovada pelo CEP a separação dos militares do
116 regime da AMPREV. O Procurador Eduardo respondeu ao questionamento do
117 conselheiro e disse que não há no projeto a segregação de fundo, mas há a
118 continuidade de aposentadoria pela Lei Própria, pois ela ainda não existe, com o texto
119 de lei pronto do militar será previsto, enquanto isso haverá uma lacuna de lei para os
120 militares. O conselheiro Hemerson disse que na ausência de lei é reconhecido o
121 estatuto dos militares. O procurador disse que a utilização do estatuto é prejudicial,
122 pois não esgota a visão previdenciária e cai na lacuna de ausência de lei
123 regulamentar. O Presidente disse que serão apresentados os projetos dentro de 15
124 dias e será escolhido relator para os projetos. A conselheira Anilde informou que
125 estará em viagem na próxima reunião agendada e o titular Fernando ainda se
126 encontra de licença médica, mas gostaria de receber as informações do projeto por
127 email. O conselheiro Ladilson informou que há a necessidade de encaminhamento de
128 expediente ao Tribunal de Justiça para sua liberação para participar da reunião de
129 apresentação do projeto. **PAUTA – ITEM 09 - Escolha de relator para o processo nº**
130 **2014.63.200251PA, que trata da proposta substitutiva do Regimento Interno do**
131 **Conselho Fiscal da AMPREV;** O Presidente informou que o Conselho Fiscal da
132 Amapá Previdência - COFISPREV se reuniu e fez o projeto de alteração do regimento
133 interno, e qualquer alteração tem que ter o aval do CEP e por isso foi encaminhado o
134 processo para indicação de relatoria para posicionamento do CEP em relação às
135 alterações. Deste item restou deliberado como relator do processo nº
136 2014.63.200251PA que trata da alteração do regimento interno do COFISPREV o
137 conselheiro Gilmar Santa Rosa Barbosa. PAUTA – ITEM 04 Apreciação e
138 aprovação da ata da 10ª Reunião Ordinária do CEP/2013 realizada em 12/12/2013;
139 Retomando o item restou deliberado como APROVADA a ata da 10ª Reunião
140 Ordinária do CEP realizada em 12/12/2013. PAUTA – ITEM 05 - Apreciação da ata
141 da 1ª Reunião Ordinária do CEP realizada em 23/01/2014: Retomando o item, por
142 falta de análise prévia restou deliberado pela retirada da aprovação da ata de
143 pauta, para ser apreciado na próxima reunião. PAUTA – ITEM 10 - Comunicação
144 da Presidência; O Presidente informou do falecimento do conselheiro suplente Sr.
145 Hamilton Deniur ocorrido em fevereiro, e já está sendo providenciada a substituição

146 junto ao órgão competente. Disse que faltou colocar em pauta que foi pago a quarta
147 parcela referente à dívida do executivo e será repassada por planilha a atualização.

148 **PAUTA – ITEM 11** - Comunicação dos Conselheiros; O conselheiro Ladilson
149 comunicou que recebeu convocação do COFISPREV para prestar informações sobre
150 as aplicações realizadas em 2013, e disse que o CIAP já fechou o balanço de
151 dezembro e encaminhou ao COFISPREV que deve ser remetido ao CEP, e pediu que
152 fosse encaminhado a todos os conselheiros o balanço de 2013 que não foi rentável.

153 **PAUTA – ITEM 12** - O que ocorrer; Não houve nada a tratar neste item. Não havendo
154 mais nada a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença e a participação de
155 todos, e encerrou a reunião às 18h29min, da qual eu, Gleysiane Maria Santana dos
156 Reis, Secretária, lavrei a presente ata, que será assinada pelos Conselheiros
157 presentes e por mim própria. Macapá-AP, 03 de abril de 2014.

158

159 Carlos Roberto dos Anjos Oliveira: _____
160 **Presidente do Conselho.**

161
162 Anilde Maria Bezerra Façanha Virino: Anilde Maria Bezerra Virino
163 **Membro Suplente, representante do Ministério Público.**

164
165 Ivone Regina Mussi Tostes: Ivone Regina Mussi Tostes
166 **Membro Suplente, representante do Poder Executivo.**

167
168 Luiz Afonso Mira Picanço: Luiz Afonso Mira Picanço
169 **Membro Suplente, representante do Poder Executivo.**

170
171 **P** Jucinete Carvalho de Alencar: Jucinete Carvalho de Alencar
172 **Membro Titular, representante do Poder Executivo.**

173
174 Eduardo Navarro Machado: _____
175 **Membro Suplente, representante do Tribunal de Justiça.**

176
177 Paulo de Santana Vaz: _____
178 **Membro Titular, representante do Tribunal de Contas.**

179
180 Claudionor Medeiros de Andrade: Claudionor Medeiros de Andrade
181 **Membro Titular, representante dos servidores Cíveis Ativos.**

182
183 Edson França: Edson França
184 **Membro Titular, representante dos servidores Cíveis Inativos.**

185
186 Hermerson de Souza Dias: _____
187 **Membro Titular, representante dos Militares Inativos.**

188
189 Ladilson Costa Moita: Ladilson Costa Moita
190 **Membro Titular, representante dos servidores do Poder Judiciário.**

191
192 Gilmar Santa Rosa Barbosa: _____

[Handwritten signature]